

Escola Secundária Conde de Monsaraz

Círculo de Évora

Projecto de Recomendação

Introdução

A uniformização do Ensino no Espaço Europeu teve início em 1998 com a discussão da criação de um Espaço Europeu do Ensino Superior através da Declaração de Sorbonne, subscrita por 4 países (França, Alemanha, Itália e Reino Unido).

A 19 de Junho de 1999, o grupo subscritor da Declaração de Bolonha aumentou para 29 países. Foi assim iniciado o Processo de Bolonha cujo objectivo era harmonizar a arquitectura do sistema de Ensino Superior Europeu.

De forma a alcançar o objectivo anterior, a Declaração de Bolonha propôs os seguintes objectivos:

- ◆ a competitividade do Sistema Europeu de Ensino Superior;
- ◆ a mobilidade e empregabilidade no Espaço Europeu;

Um ano lectivo após o arranque da implementação do Processo de Bolonha no ensino superior português, é tempo de olhar para algumas das suas primeiras consequências.

A forma como se encarou, até hoje, a leccionação tornou-se obsoleta. Com o Processo de Bolonha, essa actividade sofreu alterações profundas, não só para os docentes mas também para os estudantes. Essencialmente, está em causa uma mudança radical dos paradigmas de ensino.

Embora o saber continue a transmitir-se pela forma tradicional, Bolonha abarca novas perspectivas de qualificação, gera mudanças de ênfase (do ensino

para a aprendizagem, da educação, para a formação), e coloca em relevo a "nova" aprendizagem ao longo da vida.

Destacam-se conceitos como competitividade, empregabilidade, mercado de trabalho, etc., que são progressivamente interiorizados pelas instituições de ensino superior e que em nosso entender deverá ser alargado também ao ensino superior.

Em Portugal, com as adequações dos diversos cursos ao paradigma de Bolonha, as instituições de ensino superior não pretendem oferecer aos estudantes simplesmente um sistema de formação/educação, mas antes um leque de aprendizagens e um conjunto de competências que permitem mais facilidade na sua inserção no mercado de trabalho (mesmo em profissões não relacionadas com a formação específica), com a enorme vantagem competitiva de uma acrescida qualificação intelectual e cultural, associada ao desenvolvimento das capacidades de iniciativa, adaptação, flexibilidade e comunicação.

Segundo tem vindo a ser sucessivamente reafirmado desde o início deste processo, a formação dos diplomados e, sobretudo, a empregabilidade para o mercado de trabalho europeu, são os pilares essenciais que as instituições de ensino superior devem considerar, aquando da reorganização dos planos de estudos.

Nas últimas décadas; Portugal tem feito um esforço ímpar de recuperação dos défices de qualificações escolares que o separa, há cerca de dois séculos, da maioria dos países europeus. A generalidade dos indicadores é sintomática desta evolução. De acordo com os dados divulgados pela OCDE (2007), Portugal apresentava, em 1961, uma taxa de analfabetismo de 33%, contra 9% em 2001. Por sua vez, a população com nível de instrução médio ou superior passou de 0,8 % em 1961, para 10% em 2001, e os alunos matriculados no ensino superior duplicaram nos últimos 15 anos (186 780, em 1990, contra 373 891, em 2004).

Mesmo com estes enormes avanços, Portugal continua a registar um acentuado défice de qualificações da população nos diferentes níveis de ensino. Numa população activa nacional de cerca de 5,1 milhões de pessoas, apenas 900 mil (17,6%) possuem mais do que o ensino secundário, um volume claramente inferior às necessidades de uma economia e de uma sociedade competitivas.

Numa economia em mutação, em que o conhecimento se assume cada vez mais como elemento crucial para garantir emprego, quanto mais o País crescer, mais relevante será a posse de uma licenciatura.

O calcanhar de Aquiles de todo este processo parece ser uma peça do puzzle que não é a mais complicada: o ensino secundário.

Após leitura de alguns relatórios da Comissão Europeia sobre esta problemática, concluímos que esta instituição diagnosticou a falta de massa crítica de cidadãos com formação e educação adequados à Europa do Conhecimento mas o que propõem como solução é manifestamente decorativo.

O que a Comissão propõe pode ser perfeitamente realizado pelos estados e é enigmático que estes estados não o façam em quantidade suficiente.

Projectos como o português "Ciência Viva" são louváveis, mas não se percebem dois aspectos: o primeiro é o de por que razão a União perde tempo com projectos que o Estado português pode promover; o segundo é o de que o apoio à manifestação pública da ciência é estranhíssimo.

Então não é da competência dos sistemas de ensino secundário tratar desse assunto? Pode-se com racionalidade conceber que se saia de um sistema educativo de doze anos sem uma grande sensibilidade à ciência? A resposta à primeira questão é Sim e à segunda é Não.

Não existe, de facto, no Espaço Europeu um grande nível de exigência no ensino secundário. Os primeiros anos da universidade são muitas vezes ocupados com competências que já deveriam ter sido adquiridas, como em Língua Portuguesa, Matemática, em Línguas Estrangeiras e em Informática. O abandono escolar é também, elevadíssimo e a República Portuguesa é um dos infelizes recordistas europeus desse assunto. A nossa conjectura é a de que a Europa do conhecimento se decide também neste nível de ensino.

MEDIDAS PROPOSTAS

Da reflexão realizada e considerando a uniformização do Ensino no Espaço Europeu e o desafio da competitividade, empregabilidade e mobilidade, propomos o seguinte:

1. Pensamos ser relevante por parte das instituições/empresas e das escolas secundárias e universidades a correcta definição das competências exigíveis para o exercício das diferentes profissões.
2. As escolas devem promover parcerias com as diferentes instituições/empresas de forma a possibilitar um conjunto de actividades práticas que permitissem aos alunos uma maior aproximação da componente teórica à realidade prática.
3. Envolver as escolas na criação de intercâmbios estudantis com instituições estrangeiras durante a frequência do curso superior, e de preferência durante o ensino secundário.

Escola Secundária Conde de Monsaraz, 28 de Janeiro de 2008

A Coordenadora do Clube Europeu

Maria Madalena Guedes Rebelo Serrudo